

8ª LEGISLATURA | 60º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA SOLDADO SAMPAIO PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
1º VICE-PRESIDENTE

RENATO SILVA
2º VICE-PRESIDENTE

EDER LOURINHO
3º VICE-PRESIDENTE

JEFERSON ALVES
1º SECRETÁRIO

AURELINA MEDEIROS
2º SECRETÁRIA

TAYLA PERES
3ª SECRETÁRIA

GABRIEL PICANÇO
4ª SECRETÁRIO

NILTON SINDPOL
CORREGEDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

- a) Deputada Catarina Guerra – Presidente;
- b) Deputado Renan Filho – Vice-Presidente;
- c) Deputada Aurelina Medeiros;
- d) Deputado Coronel Chagas;
- e) Deputado Evangelista Siqueira;
- f) Deputado Jorge Everton;
- g) Deputada Lenir Rodrigues.

Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:

- a) Deputado Jorge Everton – Presidente;
- b) Deputado Nilton Sindpol – Vice-Presidente;
- c) Deputado Eder Lourinho;
- d) Deputado Jeferson Alves; e
- e) Deputado Dhiego Coelho.

Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:

- a) Deputado Nilton Sindpol – Presidente;
- b) Deputado Coronel Chagas – Vice-Presidente;
- c) Deputado Neto Loureiro;
- d) Deputado Renan Filho; e
- e) Deputada Tayla Peres.

Comissão de Educação, Desportos e Lazer:

- a) Deputado Evangelista Siqueira – Presidente;
- b) Deputada Lenir Rodrigues – Vice-Presidente;
- c) Deputada Ângela Águida;
- d) Deputada Catarina Guerra; e
- e) Deputado Odilon Filho.

Comissão de Cultura e Juventude:

- a) Deputado Jeferson Alves – Presidente;
- b) Deputado Jalsner Renier – Vice-Presidente;
- c) Deputado Chico Mozart;
- d) Deputado Eder Lourinho; e
- e) Deputado Renato Silva.

Comissão de Saúde e Saneamento:

- a) Deputado Neto Loureiro – Presidente;
- b) Deputada Aurelina Medeiros – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picanço;
- d) Deputado Odilon Filho;
- e) Deputada Tayla Peres;
- f) Deputado Nilton Sindpol; e
- g) Deputado Renan Filho.

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

- a) Deputada Aurelina Medeiros – Presidente;
- b) Deputado Jânio Xingu – Vice-Presidente;
- c) Deputado Dhiego Coelho;
- d) Deputado Gabriel Picanço;
- e) Deputado Marcelo Cabral;
- f) Deputado Neto Loureiro; e
- g) Deputado Renan Filho.

Comissão de Tomada de Contas:

- a) Deputado Renan Filho – Presidente;
- b) Deputado Odilon Filho – Vice-Presidente;
- c) Deputado Betânia Almeida;
- d) Deputado Chico Mozart; e
- e) Deputado Jorge Everton.

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:

- a) Deputada Tayla Peres – Presidente;
- b) Deputado Jânio Xingu – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jalsner Renier;
- d) Deputado Nilton Sindpol; e
- e) Deputado Renato Silva.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

- a) Deputado Gabriel Picanço – Presidente;
- b) Deputado Chico Mozart – Vice-Presidente;
- c) Deputado Eder Lourinho;
- d) Deputado Marcelo Cabral; e
- e) Deputado Odilon Filho.

Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:

- a) Deputado Odilon Filho – Presidente;
- b) Deputado Marcelo Cabral – Vice-Presidente;
- c) Deputada Aurelina Medeiros;
- d) Deputado Eder Lourinho; e
- e) Deputado Gabriel Picanço.

Comissão de Políticas Indigenistas:

- a) Deputada Lenir Rodrigues – Presidente;
- b) Deputado Jeferson Alves – Vice-Presidente;
- c) Deputado Coronel Chagas;
- d) Deputado Nilton Sindpol; e
- e) Deputado Marcelo Cabral.

Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio, Turismo e Serviços:

- a) Deputado Dhiego Coelho – Presidente;
- b) Deputado Eder Lourinho – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jalsner Renier;
- d) Deputado Jorge Everton; e
- e) Deputado Neto Loureiro.

Comissão de Relações Fronteiriças, MERCOSUL, de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação:

- a) Deputado Jânio Xingu – Presidente;
- b) Deputado Dhiego Coelho – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jeferson Alves;
- d) Deputado Renan Filho; e
- e) Deputada Yonny Pedroso.

Comissão de Viação, Transportes e Obras:

- a) Deputado Renato Silva – Presidente;
- b) Deputado Gabriel Picanço – Vice-Presidente;
- c) Deputada Ângela Águida;
- d) Deputada Catarina Guerra; e
- e) Deputado Coronel Chagas.

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

- a) Deputada Betânia Almeida – Presidente;
- b) Deputada Ângela Águida – Vice-Presidente;
- c) Deputada Aurelina Medeiros;
- d) Deputada Catarina Guerra; e
- e) Deputado Evangelista Siqueira.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:

- a) Deputada Yonny Pedroso – Presidente;
- b) Deputada Ângela Águida – Vice-Presidente;
- c) Deputada Betânia Almeida;
- d) Deputado Evangelista Siqueira; e
- e) Deputada Lenir Rodrigues;

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

- a) Deputada Ângela Águida – Presidente;
- b) Deputada Tayla Peres – Vice-Presidente;
- c) Deputado Jânio Xingu;
- d) Deputada Lenir Rodrigues; e
- e) Deputado Odilon Filho.

Comissão de Ética Parlamentar:

- a) Deputado Coronel Chagas – Presidente;
- b) Deputada Catarina Guerra – Vice-Presidente;
- c) Deputado Evangelista Siqueira;
- d) Deputado Jorge Everton;
- e) Deputada Lenir Rodrigues;
- f) Deputada Aurelina Medeiros (1ª suplente); e
- g) Deputado Neto Loureiro (2ª suplente)

Comissão de Defesa e Proteção aos Direitos dos Animais:

- a) Deputado Chico Mozart – Presidente;
- b) Deputado Renato Silva – Vice-Presidente;
- c) Deputada Betânia Almeida;
- d) Deputado Jeferson Alves; e
- e) Deputada Yonny Pedroso.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Deputado Eder Lourinho – Presidente;
- b) Deputado Neto Loureiro – Vice-Presidente;
- c) Deputada Betânia Almeida;
- d) Deputado Chico Mozart; e
- e) Deputado Renato Silva.

Comissão de Minas e Energia:

- a) Deputado Jalsner Renier – Presidente;
- b) Deputada Yonny Pedroso – Vice-Presidente;
- c) Deputado Gabriel Picanço;
- d) Deputado Jeferson Alves; e
- e) Deputado Renato Silva.

SUMÁRIO

Superintendência Legislativa

- Ata da 2864ª Sessão Ordinária - Íntegra 02

Superintendência Administrativa

- Extrato do 3º Termo Aditivo - Proc. nº 573/2019 07

Superintendência de Gestão de Pessoas

- Resoluções nº 4549 a nº 4551/2021 07

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

ATAS

ATA DA 2864ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 19 DE MAIO DE 2021
= HÍBRIDA=**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SOLDADO SAMPAIO**

Às nove horas e cinquenta e quatro minutos do dia dezoito de maio de dois mil e vinte e um, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima oitocentésima sexagésima quarta Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Renato Silva** – Bom dia a todos. Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Gabriel Picanço** – Há quórum, senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Renato Silva** - Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito à senhora segunda-secretária que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária **Aurelina Medeiros** – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutir, coloca-a em votação. Os deputados que concordem com a Ata da Sessão anterior permaneçam como estão. Aprovada.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário **Neto Lourinho** – Senhor Presidente, o Expediente conta do seguinte: **RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO**: Mensagem Governamental n. 18/2021, encaminhando o Projeto de Lei n. 103/2021, que “dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual para o Exercício Financeiro de 2022 e dá outras providências”. **RECEBIDO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA**: Ofício n. 2004/2021, de autoria do Tribunal de Justiça de Roraima, encaminhando o Projeto de Lei Complementar n. 004/2021, que “altera o art. 15 e os Anexos F, G e I da Lei Complementar n. 227, de 04 de agosto de 2014”. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS**: Projeto de Lei n. 100/2021, de autoria do deputado Renato Silva, que “acrescenta ao art. 123 da Lei 053, de 31 de dezembro de 2001, penalidade de suspensão de 30 dias ao servidor público que desrespeitar as prerrogativas dos advogados no exercício de sua função”; Projeto de Lei n. 101/2021, de autoria do deputado Coronel Chagas, que “dispõe sobre a instituição do “Dia do Veterano Policial Militar e Bombeiro Militar do Estado de Roraima”; Projeto de Lei n. 102/2021, de autoria da deputada Lenir Rodrigues, que “inclui no Calendário Oficial do Estado o Dia Estadual de Observação de Aves, a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de abril”; Projeto de Lei n. 104/2021, de autoria do deputado Evangelista Siqueira, que “proíbe a oferta e a celebração de contrato de empréstimos por entidades financeiras, correspondentes bancários e similares, com aposentados e pensionistas por meio de telemarketing quando não solicitado pelo beneficiário”; Projeto de Lei n. 105/2021, de autoria do deputado Jalser Renier, que “assegura aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado de Roraima, bem como ao Tribunal de Contas, Defensoria Pública e Ministério Público de Roraima, o direito de aquisição e fornecimento de vacinas contra a Covid-19, na forma que específica, e dá outras providências”; Projeto de Lei n. 106/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida, que “institui a Semana de Orientação, Prevenção e Combate à Dependência Tecnológica”; Projeto de Lei n. 107/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida, que “dispõe sobre a fixação nas unidades públicas de saúde de cartazes informativos contendo a relação dos medicamentos disponíveis para entrega imediata”; Projeto de Lei n. 108/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida, que “garante às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar preferência no atendimento em órgãos estaduais de assistência jurídica gratuita”; Projeto de Lei n. 109/2021, que “dispõe sobre a prioridade de imunização de gestantes, puérperas e lactantes no programa de vacinação contra a Covid-19 no âmbito do Estado de Roraima, de autoria da deputada Catarina Guerra”; Projeto de Decreto Legislativo n. 016/2021, de autoria do deputado Neto Loureiro, que “declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Comunidade de Bela Vista do Caju – ASMCAICUBI”; Projeto de Decreto Legislativo n. 017/2021, de autoria do deputado Neto Loureiro, que “Declara de Utilidade Pública a Associação de Luta pela Vida do Estado de Roraima – ALV/RR”; Moção de aplausos n. 034/2021, que “presta homenagem aos profissionais do Corpo de Bombeiros do Estado de Roraima e às doadoras ativas de leite humano do programa

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>Email: docgeralale@gmail.com

AURENICE MAGALHÃES BEZERRA

Gerência de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, *conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, de segunda a sexta-feira até às 15:30h, conforme estabelecido no Ato Normativo nº 001/2008.*

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

Amigos do Peito, de autoria da deputada Tayla Peres; Requerimento de Pedido de informação n. 011/2021, de autoria do deputado Neto Loureiro, que “requer que sejam enviadas a esta Casa Legislativa, com a maior brevidade possível, informações a respeito de políticas públicas voltadas à juventude”; Requerimento de Pedido de informação n. 012/2021, de autoria da deputada Yonny Pedroso, que “requer que o Governo do Estado de Roraima, através da Secretaria de Saúde do Estado de Roraima – Sesau, informe a quantidade de profissionais da classe da enfermagem (auxiliares, técnicos e enfermeiros) que estão com processo de progressão com pendência de pagamento”; Requerimento n. 054/2021, de autoria do deputado Renan, que “requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei n. 102/2020”; Requerimento n. 055/2021, de autoria da deputada Betânia Almeida, que “requer o exame global do Plenário do mérito da Proposição n. 177/2020”; Indicações n. 609 e 643 a 647, de autoria da deputada Catarina Guerra; Indicações n. 610 a 621 e 656 a 665, de autoria do deputado Evangelista Siqueira; Indicação n. 622, de autoria do deputado Jorge Everton; Indicações n. 623 e 624, de autoria do deputado Renan; Indicações n. 625 e 648, de autoria da deputada Tayla Peres; Indicações n. 626 a 630, de autoria da deputada Aurelina Medeiros; Indicações n. 631 a 641, de autoria da deputada Lenir Rodrigues; Indicações n. 642, de autoria do deputado Renato Silva; Indicações n. 649 e 650, de autoria do deputado Neto Loureiro; Indicações n. 652 a 655, de autoria do deputado Eder Lourinho; Indicações n. 666 a 670, de autoria da deputada Betânia Almeida; Memorando n. 042/2021, de autoria do deputado Jeferson Alves, justificando sua ausência nas sessões dos dias 12 e 19 de maio de 2021.

DIVERSOS: Ofício n. 181/2021, de autoria da Secretaria de Estado da Infraestrutura, encaminhando o plano de sustentabilidade de eletrificação rural para atender as comunidades dos municípios de Pacaraima – RR; Ofício n. 386/2021, de autoria da Secretaria de Estado da Infraestrutura, encaminhando o plano de sustentabilidade referente à pavimentação de vias públicas – Distrito Industrial Fase II, Município de Boa Vista/RR; Ofício n. 2015/2021, do Governo do Estado de Roraima ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, solicitando audiência pública para discutir o Projeto de Lei Complementar que institui a microrregião de águas e esgotos e respectiva estrutura de governança.

Era o que contava do Expediente, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Neto Lourinho** – Senhor Presidente, há três oradores inscritos: os senhores deputados Renan e Coronel Chagas e a senhora deputada Catarina Guerra.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Com a palavra, o senhor deputado Renan, com o tempo de até trinta minutos.

O Senhor Deputado **Renan** – Bom dia a todos. Em nome do senhor Presidente Soldado Sampaio, cumprimento todos meus pares, todos os presentes no Plenário e os funcionários da Assembleia Legislativa; também cumprimento todos os ouvintes da rádio, e também os nossos telespectadores que assistem à Sessão pelo Facebook e pela TV Assembleia. Queria começar a minha fala, hoje, parabenizando a Comunicação desta Casa, todos os funcionários que fazem parte desta Comunicação, em nome também do senhor Presidente Soldado Sampaio, pela campanha “Viver Vale a Pena”. Temos a senhora deputada Catarina Guerra, que levou essa campanha para o Brasil todo. Parabenizo a deputada. A questão do suicídio, hoje, tem colocado o nosso Estado em um ranking que não nos agrada, um ranking negativo. O apoio da Assembleia Legislativa desta Casa, em um assunto precioso, que é a vida, é de muita alegria. Parabéns a todos os meus pares, parabéns à Superintendência de Comunicação, que acertou em cheio com relação a esse tema, com um ato institucional muito bonito. Até convido todos os meus pares que divulguem essa campanha. Ontem colocamos no nosso Instagram, já está no Instagram da Assembleia Legislativa, a campanha “Viver Vale a Pena”. Então, parabéns, Assembleia, e parabéns a todos os deputados. Fico muito feliz em fazer parte de uma Casa que cuida dos interesses da população e, também, de um assunto de alta relevância, que é o suicídio, hoje, em nossas cidades.

Queria falar dois temas hoje: um relacionado à mineração no nosso Estado. Temos visto quase que diariamente trabalhadores que vivem através da mineração sendo taxados de bandidos. Já aprovamos aqui nesta Casa, passou pelas Comissões, passou pelo Plenário, a questão da legalização do minério do garimpo no nosso Estado. Temos aqui, por trás dessas paredes, uma estátua que que diz, literalmente, que garimpeiro não é bandido. O garimpeiro é um trabalhador que vive, através do seu esforço, no Estado, que é do contracheque, no entanto, infelizmente, está dentro da ilegalidade, hoje, e está sendo taxado como bandido. Está lá a estátua do garimpeiro que representa um marco na nossa capital. Acredito

que não somente desta Casa, mas precisamos de um apoio maciço em Brasília da nossa bancada federal, para que possamos fazer algo para trazer um benefício que coloque dentro da legalidade a atividade do garimpo dentro do estado de Roraima. Isso vai trazer desenvolvimento, vai trazer prosperidade financeira, não só para eles, mas também para o nosso Estado. Precisamos de uma solução para tirar esses trabalhadores da ilegalidade, e contamos com o apoio da Assembleia Legislativa. A Assembleia já fez sua parte, agora queremos contar com a nossa bancada federal, pois acreditamos muito em nossos senadores que nos representam lá, também nossos deputados que nos representam na Câmara. Somando com a Assembleia Legislativa, tenho certeza que, em um curto espaço de tempo, vamos dar uma resposta para que não aconteça o que vem acontecendo, principalmente nas áreas indígenas, de onde tivemos relatos de que houve tiroteios e mortes nesse último confronto que teve entre garimpeiros, Polícia e índio. A Polícia está fazendo a sua parte, por conta da ilegalidade, mas o certo é que esta Casa e a bancada federal possam dar uma liberdade constitucional, dentro da lei, para que esses trabalhadores possam trabalhar de forma digna.

Queria também falar a respeito de uma situação triste, principalmente para quem estudou na escola Ayrton Senna. Acredito que muitos aqui, até parlamentares, estudaram naquela escola. Eu estive antontem na Escola Ayrton Senna, e é muito triste ver como aquela escola se encontra hoje, totalmente destruída. Onde tínhamos alunos, hoje temos usuários de droga. Fizemos uma indicação e queria contar com o apoio - tenho certeza que o nosso governador terá sensibilidade, assim como a secretária de Educação - para que possamos reformar a Escola Ayrton Senna, e trazer, de volta, uma escola histórica, fundada em 1994, com o nome de um dos principais ídolos do esporte mundial, que é o piloto Ayrton Senna. Ver aquela escola naquele estado é muito triste. Tenho certeza que o Governo do Estado - acredito na sensibilidade do governador, que tem sempre trabalhado incansavelmente para a educação do nosso Estado - assim como a secretária Leila, e vamos conseguir colocar a escola Ayrton Senna no lugar que ela merece, que é reformada, com alunos, com professores e com ensino de qualidade.

Outro assunto que queríamos falar hoje é a questão de uma decisão. Queria parabenizar a juíza, a respeito da vacinação dos nossos policiais penais. Os policiais penais estão na linha de frente, são eles quem tomam... Se hoje a segurança pública do nosso Estado está organizada, é graças ao Governo de Roraima que tem investido firme na segurança pública: na nossa Polícia Militar, Polícia Civil e muito na nossa Polícia Penal. Então, queria parabenizar a juíza, e não conseguir entender, Coronel Chagas, a questão de promotor de justiça passar por cima da ordem da juíza, em querer que o secretário não vacinasse os policiais penais. Isso iria causar... O promotor de justiça promove a justiça, e, nesse caso, acredito que cometeriam uma injustiça com essa classe. É uma classe que está na linha de frente, que merece ser vacinada, que merece estar imunizada, porque o que está acontecendo dentro do sistema prisional reflete hoje nas ruas da capital. Como a Polícia Militar e a Polícia Civil foram vacinadas, acho que é o justo, e até parabenizo a juíza, é que a nossa Polícia Penal também seja imunizada. O senhor secretário Ayrton Cascavel vai imunizar os policiais penais, e estamos aqui nesta Casa junto com... Sempre digo aonde vou, que nunca estamos sozinhos, sempre estamos defendendo os interesses da população, e um desses interesses é a questão da imunização dos policiais penais. Parabenizo à senhora juíza pela decisão, e, também, ao senhor secretário André. Parabenizo o senhor secretário Ayrton Cascavel, que teve a coerência em se manter firme e cumprir a decisão judicial. Só quem vai ganhar com tudo isso, deputado Coronel Chagas, é a população.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Coronel Chagas**. – Quero parabenizá-lo por essa manifestação, por trazer a esta Tribuna esses fatos. Também tomei conhecimento disso. Na verdade, esta Casa aqui aprovou um requerimento de indicação ao Governo, assinado por mim, pelo deputado Soldado Sampaio, deputado Nilton Sindpol e deputado Jorge Everton, no sentido de que fossem colocados os profissionais de segurança pública, incluindo os policiais penais, na vacinação, pois está tendo contato diariamente, em suas operações policiais, assim como os profissionais de saúde, um contato muito maior com o povo, com o cidadão, e, portanto, estão mais sujeitos a serem contaminados. Já tivemos milhares de casos de profissionais da segurança pública no Estado contaminados, dezenas de mortos. Em razão disso que fizemos esse requerimento e esta Casa aprovou, e eles estão incluídos no pedido. E ficamos surpresos quando vemos um representante estadual, após uma decisão judicial, pressionar o Governo para que o Governo recorra da decisão, quando o Governo tem esse entendimento. O senhor Secretário Ayrton Cascavel foi muito firme, como Vossa Excelência falou, no sentido de dizer, ele como secretário de saúde e o Governo do Estado, entendia

a importância de vacinar os policiais penais, assim como os militares, os bombeiros e os policiais civis. Parablenizo também a decisão judicial nesse sentido, e lamentar que esse tipo de postura aconteça, no sentido de tentar forçar uma parte no processo, para recorrer. Isso é inédito no processo judicial, mas estamos no Estado democrático de direito e temos que respeitar, mas que bom que houve essa decisão judicial, em determinar a vacinação dos policiais penais, e a postura firme do Governo, do secretário de Saúde, em não recorrer conforme o membro do Estado pressionou e recomendou fazê-lo.

O Senhor Deputado **Renan** continua. – Obrigado, deputado Coronel Chagas. Deputado, parabenizo Vossa Excelência e o deputado Jorge Everton pelo requerimento. Isso é justo com esses profissionais...

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Coronel Chagas**. – O senhor deputado Soldado Sampaio também. Na verdade, esta Casa aprovou o requerimento, em nome de todos.

O Senhor Deputado **Renan** continua. – Em nome de todos, parabenizo. Parablenizo mais uma vez o senhor secretário Airton Cascavel, pela postura que tomou, uma postura correta, seguindo a orientação da juíza, e que seja feita a vacinação dos policiais penais, como o nosso líder falou, pois estão na linha de frente. Hoje são poucos que estão na Pamc (Penitenciária Agrícola do Monte Cristo) que não tiveram Covid-19. Se não me engano, tiveram dois ou três. Parablenizo o senhor secretário André, pela forma que vem tratando a gestão da Secretaria de Justiça e Cidadania. Não é à toa que temos quase zero fuga em quase dois anos de gestão. Então, parabenizo o Governo do Estado, que tem investido forte na segurança pública do Estado. É isso. Quería agradecer a todos. Muito obrigado pela oportunidade e até a próxima.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Obrigado, senhor deputado Renan. Com a palavra à senhora deputada Catarina Guerra, com até trinta minutos.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** – Bom a todos que nos acompanham pela TV Assembleia, aos presentes, aos que nos acompanham pelas nossas redes sociais. Hoje, dia dezanove de maio, é o Dia Mundial da Doação do Leite Materno, uma pauta, um assunto, que se faz presente no meu mandato desde o primeiro ano. Incansáveis e emocionantes histórias que já trouxemos para este Plenário, demonstrando a importância do leite materno na vida das mães, das crianças, dos prematuros, demonstrando a importância e a transparência da doação do leite materno, porque o leite materno é vida. Histórias emocionantes vividas, das quais quero relebrar a Juliana, que trouxe, em mãos, no colo, o exemplo de vida e de superação que teve em razão do recebimento do leite materno; também da Janine, que é uma grande guerreira, que praticou os dois lados, o lado de doar e o lado de receber. Sempre foi uma doadora e precisou receber o leite para que fosse mantida a vida do seu filho. Então, em nome dessas duas guerreiras, presto aqui minha homenagem no Dia Mundial de Doação do Leite Materno. Essa doação e ação existente no nosso Estado se devem às pessoas grandiosas envolvidas em torno da Maternidade, na qual presto todo o meu reconhecimento aos envolvidos. Em nome da Silva, coordenadora do Banco de Leite, deixo o meu agradecimento. Da mesma forma, estendo esse agradecimento ao Corpo de Bombeiros, uma forma excepcional que busca o leite na sua casa, e leva com dignidade os pequenos frascos, pequenos ml que levam e garantem a vida. A esses dois, deixo minha gratidão. Você que está nos assistindo, se tiver leite para doar, entre em contato com a Maternidade, que o Corpo de Bombeiros, com todo o cuidado, vai poder recolher, vai poder levar até a Maternidade para que ela possa receber, e assim algumas crianças irão poder receber e assim terão garantida a sua vida. Em plena pandemia vivenciada por causa da Covid-19, não foi diferente. A doação do leite e a amamentação se tornaram ainda mais importantes, pois foi comprovado que em nosso Estado, infelizmente, gestantes, lactantes e puérperas que se contaminaram com a Covid-19, desses casos notificados, 63% delas, infelizmente, chegaram a óbito, um número drástico, no qual não nos orgulhamos e para o qual precisamos agir de maneira eficaz e eficiente. Por isso elas precisam de mais cuidados e de mais atenção, não somente por parte desta Assembleia, mas por parte de todo o Estado, e de toda a ação da Secretaria de Saúde também. Existem também estudos que comprovam a possibilidade de transferência de anticorpos através do leite. Aquela criança que recebe o leite da sua mãe, aquela mãe vacinada, pode ter garantido, através do seu alimento, o recebimento de anticorpos. São estudos, mas são estatísticas que comprovam em relação há dois anos vivenciando essa pandemia. Há também relatos de crianças que já nasceram com anticorpos, estudos estão aí, a ciência está aí para comprovar. Um outro fato para comprovar, de um dos estudos feitos, é que no mês passado, uma criança, no México, nasceu com anticorpos em razão de sua mãe ter sido vacinada. Por isso, hoje, protocolei o Projeto de Lei n. 109/2021, que inclui como grupo de prioridades as gestantes, as puérperas e lactantes. As gestantes e puérperas

incidem no maior quadro de risco que na gestação ocorre, em razão do quadro inflamatório que na gestação ocorre. Então, a partir do segundo trimestre de gestação, é comprovado que elas podem, sim, ter esse maior risco de óbito. Se elas tiverem esse direito de serem vacinadas, vamos poder reduzir esse número. E é por isso que essa lei foi protocolada, e peço apoio aos demais deputados, aos demais órgãos e às entidades, para que essa lei possa ser garantida, possa ser efetivada, e que possamos incluir essas gestantes, puérperas e lactantes no grupo de prioridade de vacinação. Essa lei vai entrar em tramitação, vamos acompanhar e passando as informações, mas é por elas, por algumas delas que tive o contato, que eu pude conviver e acompanhar, pois muitas gestantes tive a oportunidade de ver em seu parto acometido pela Covid-19, contaminadas pela Covid-19. Deixo aqui para que possamos garantir que, através desse projeto de lei, que elas possam ter direito de escolha. Não falamos, em momento algum, em obrigar as pessoas a serem vacinadas. Ontem estava no Município de Bonfim e encontrei um professor que hoje tem o direito de vacinação garantido, mas ele relatava o medo da vacina, mas, por escolha, ele me disse que não iria tomar. Não estamos falando de obrigação. No entanto, aquele senhor tem o direito dele garantido, da mesma forma que quero garantir que as gestantes, lactantes e puérperas possam escolher, possam ter o direito de escolha e poder dizer: “eu posso me vacinar e posso, através do meu leite, passar para o meu filho”. Então, em nome da Daiane, da querida Dai, Daiane Cristina Mota Sousa, que era uma gestante linda e jovem, que acompanhei desde o seu início, mas que, infelizmente, entrou para a estatística do nosso Estado dentro das sessenta e três por cento das gestantes que vieram a óbito, mas que deixou em vida, a linda princesa Aurora, que é sinônimo de vida, que é sinônimo de esperança. Quem sabe, se a Daiane tivesse recebido a vacina, ela poderia estar hoje junto com o pai Bernardo e a criança Aurora, vivenciando com total êxito. Então, para que outras mães, outras famílias não possam sentir essa dor, nós pedimos que essas gestantes, lactantes e puérperas possam, sim, ser incluídas no grupo de prioridades, e nada mais diferente poderia acontecer hoje, no Dia Mundial de Doação de Leite Materno. Então, deixo aqui a minha gratidão, meu respeito a todos, e vou seguir firme para que essa lei possa ser, o quanto antes, aplicada, e que vocês possam ter esse direito de escolha, caso queiram ser vacinadas, afinal de contas, é a vida.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Evangelista Siqueira**. – Primeiro, quero parabenizar Vossa Excelência pela brilhante proposição. Penso, como Vossa Excelência, que qualquer ação que nós possamos realizar dentro da Assembleia Legislativa, em virtude de acelerar a vacinação... Primeiro de tudo dizer que todos nós somos favoráveis à vacinação: “vacina sim, vacina para todos”. Alguém me perguntava: “por que vocês priorizam muitas vezes alguns grupos, em detrimento de outros?” Não significa dizer que é em detrimento de outros, significa dizer que estamos atentos, como bem Vossa Excelência acaba de protocolar esse projeto de lei, estamos atentos a situações específicas, como a que Vossa Excelência traz aqui, a questão das gestantes, a questão dos trabalhadores em educação que eu trouxe em outro PL, significa dizer que há categorias que estão neste momento mais vulneráveis ao vírus, que podem se contaminar com uma facilidade mais rápida, inclusive evoluir para questões muito graves e que demanda desta Casa um olhar atento, para que tenhamos uma equidade, para que saibamos administrar. A vacina precisa vir para todos e todas, isso ninguém discute, mas existem grupos que precisam de prioridade, que precisam de mais urgência, e quando abordamos esses temas e analisamos esses projetos aqui, estamos cumprindo com a função e a missão de estarmos atentos às demandas e necessidades da população. Por isso, gostaria de me somar a Vossa Excelência e, desde já, me colocar à sua disposição e, inclusive trabalhar pela aprovação desse projeto de lei. Obrigado!

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** continua. – Obrigada, deputado Evangelista Siqueira! É exatamente isso, desde o início da pandemia, incansáveis discussões realizamos. No meu gabinete, eu sempre falava que não existe prioridade em cima de prioridade, todos nós somos prioridades, a nossa maior prioridade é a vacina para todos. Essa é minha defesa, mas em razão dos dados vivenciados de que se a gente pensar em que uma vacina que uma gestante vai receber, pode ser passada através do leite dela para quando a criança nascer, a gente imunizar outra pessoa, imunizar um bebê, e ainda mais, se pudermos evitar que aquela gestante venha a óbito. Estamos falando de uma mãe, ou de uma criança que pode ou não nascer, mas que não vai ter aquela mãe no meio familiar. Então, o impacto, como bem mencionou o senhor deputado Evangelista Siqueira... são casos atípicos e específicos que precisamos dar atenção. A celeridade, gostaria que fosse para todos, de imediato, mas enquanto a burocracia nos distancia dessa realidade, a gente precisa usá-la, também, para desburocratizar e fazer com que chegue mais rápido para outras. Então fica aqui, realmente, meu reconhecimento e a minha homenagem a esse dia, e lembrando a todos vocês de que, quem puder doar, doe o leite, a Maternidade está de portas

e braços abertos para receber. Reforço a importância de que 1ml, 10ml pode alimentar muitas crianças e faz a diferença. Então, repassem essas informações aos demais. O Banco de Leite funciona 24 horas, todos os dias da semana, e ele merece nossa devida atenção e nosso cuidado, porque o leite materno salva vidas. Muito obrigada e bom dia a todos!

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Com a palavra, o deputado Coronel Chagas.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Bom dia, senhor deputado Presidente desta Casa, deputado Soldado Sampaio, através do qual eu cumprimento os demais colegas; deputadas Betânia, Yonny, Tayla, Aurelina e Catarina, que eu saúdo com destaque, porque o que me traz a esta Tribuna, hoje, é para falar de políticas públicas voltada às mulheres. Quero cumprimentar, também, todos que estão nos assistindo através do sinal da TV Assembleia, e cumprimentar os servidores desta Casa, os profissionais e os meios de comunicação.

É muito bom nós podermos presenciar, deputado Gabriel, um discurso como esse da deputada Catarina, que nos traz situações que mexem com os nossos sentimentos. Deputada Catarina, conte sempre com nosso apoio, buscando objetivo, como a senhora nos trouxe hoje aqui. Mas o que nos traz a esta Tribuna, hoje, é para trazer um fato que é silencioso, no que se trata da escassez de políticas voltadas às mulheres, mas que é importante nós falarmos. No Brasil, estima-se que 23% das meninas entre 15 e 17 anos não têm condições financeiras para adquirir produtos seguros para usar durante a menstruação. Os indivíduos mais vulneráveis a esses problemas são as pessoas em situação de rua, que vivem em abrigos e em situação de pobreza e as que estão encarceradas, tornando assim uma verdadeira questão de saúde pública. A pobreza menstrual é um problema global, de falta ao acesso ao saneamento básico e desigualdade social, indo além da falta de dinheiro para a compra de produtos de higiene adequados. E a dificuldade não para por aí. A falta de acesso aos protetores menstruais ou às condições adequadas para utilizá-lo é outro grande fator enfrentado pelas pessoas que menstruam, de modo que passou a ser comum a utilização do termo “pobreza menstrual”. O tabu menstrual, precisa ser quebrado para que o pacto de silenciamento em torno da menstruação seja rompido, visto que pode levar a desafios consideráveis na gestão da menstruação como doenças, ostracismo social e até mesmo a morte. Sequer há saneamento básico adequado para comportar uma apropriada higiene pessoal. Segundo a Ong Trata Brasil, 1,6 milhões de pessoas não têm banheiro em casa, 15 milhões não recebem água tratada e 26,9 milhões moram em lugares sem esgoto. Desse modo, como fornecer o acesso de produtos de higiene íntima menstrual, quando, sequer, há privacidade para lidar com a menstruação!

Aparte concedido à Senhora Deputada **Yonny Pedroso**. – Outro dia, inclusive, saiu uma matéria no Fantástico, sobre essa questão de pobreza, da baixa renda de mulheres, que, por falta de condições financeiras, muitas vezes deixam de ir à escola, ir ao trabalho, fora as questões menstruais como doenças. Pensando nisso, eu fiz uma indicação ao Governo do Estado para que fizesse distribuição de absorventes para mulheres de baixa renda e para as meninas, nossas jovens e adolescentes que muitas vezes deixam de ir à escola, por vergonha do ciclo menstrual ou até mesmo por falta de dinheiro para comprar absorventes. Isso é uma realidade no Brasil. Acredito que não seja diferente aqui no nosso Estado, e visando isso, eu fiz essa indicação. A sua fala é muito importante, seu discurso, porque, além do senhor ser homem, está relatando, contando fatos de algo que é tão íntimo, tão particular da mulher. O senhor também tem sua esposa e suas filhas. Acredito que deve observar, nesse período do mês, que até o comportamento é diferente. Nós falamos da questão da TPM, da endometriose, que é um assunto tão importante a ser debatido, porque, realmente, muda as características tanto da mulher quanto a questão da labuta diária. Eu fico muito agradecida pelo senhor, por participar dessa sua fala.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua. – Muito obrigada, deputada Yonny. O seu aparte é bem apropriado. Eu lhe parabeno pela iniciativa de Vossa Excelência, eu não tinha conhecimento. Essa matéria que saiu no fantástico foi o que nos motivou. Na verdade, foi um pedido da minha esposa, a vereadora Aline Resende, para fazer esse pronunciamento em sede de um projeto de lei que já apresentamos, e que, ao final, vamos falar, e que desde já nós sabemos que poderemos contar com o apoio de Vossa Excelência. Muito obrigado!

Então eu falava: “desse modo, como fornecer o acesso de produtos de higiene íntima menstrual, se sequer há privacidade para lidar com a menstruação?” Como consequência da precariedade menstrual há a evasão escolar, como bem falou a deputada Yonny, das pessoas que menstruam na sala de aula, bem como a saúde física de quem se ver obrigada a buscar soluções precárias e insalubres, como utilizar papel, miolo de pão ou até mesmo reutilizar absorventes descartável por falta de dinheiro, aumentando o risco de infecções urinárias e vaginais. Estima-

se que as estudantes que menstruam perdem, em média, 45 dias de aulas por ano, com óbvias consequências no seu aprendizado e socialização. Nesse sentido, deputadas Yonny, Betânia, Catarina, Aurelina e Tayla, é que nós somos incentivados a apresentar o projeto de lei que institui e define diretrizes para políticas públicas da dignidade menstrual, de conscientização sobre menstruação e a universalização do acesso ao protetor menstrual higiênico e dá outras providências correlatas. Então, nós protocolamos esse projeto na semana passada e, desde já, solicitamos que possamos deliberar, com urgência, esse projeto, para que o Poder Público Estadual fique autorizado a instituir essa política e levar a dignidade menstrual às nossas jovens mais carentes do nosso Estado, porque o presente projeto não trata apenas de uma política de fornecimento de protetor menstrual higiênico, mas pretende garantir a dignidade e levar esperança para um futuro mais justo e igualitário. Diante disso tudo, considerando a ausência de uma política pública que trata sobre as questões da menstruação, bem como a universalização do acesso aos protetores menstruais de forma ampla e que abarque todas as pessoas que menstruam, faz-se necessário o presente projeto de lei que institui e define diretrizes para política pública da dignidade menstrual, de conscientização sobre a menstruação e a universalização do acesso ao protetor menstrual higiênico e dá providências correlatas. São esses os motivos que me trouxeram a esta Tribuna, e desde já agradeço a atenção de todos e pedimos, mais uma vez, que esse projeto possa tramitar com celeridade para que esta Casa possa dar sua contribuição, juntamente com o Poder Executivo, e fazer justiça as todas as meninas e as pessoas que precisam desse apoio estatal. Muito obrigado a todos e bom dia!

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio**- Obrigado, deputado Coronel Chagas. Não havendo mais oradores inscritos, passamos à Ordem do Dia: Discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: **01 - Mensagem Governamental de Veto n. 015/21**, de veto total ao Projeto de Lei n. 101/2020, que “dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo a ofertar carga horária na modalidade de ensino a distância – EAD, em cursos de educação profissional técnica de nível médio presenciais ofertados por instituições de ensino pertencentes ao sistema estadual de ensino de Roraima”, de autoria do deputado Renan (Mantido); **02 - Projeto de Lei n. 017/19**, que “institui o Dia Estadual do Vaqueiro no âmbito do Estado de Roraima”, de autoria do deputado Eder Lourinho (Aprovado).

Neste momento, suspendo a presente Sessão pelo tempo necessário para que as comissões possam se reunir para analisar e emitir o parecer às proposições em pauta.

(Suspensa a Sessão).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Solicito ao primeiro-secretário que faça verificação de quórum para votação.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** - Há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio**- Havendo quórum regimental, declaro reaberta a Sessão.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que faça a leitura do Parecer da Mensagem Governamental n. 015/2021 ao Projeto de Lei n. 101/2020.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** - Gostaria de solicitar a Vossa Excelência que lesse só o voto, porque nós tivemos reunião agora nesse exato momento para deliberar a matéria, então, todos os colegas estão a par do teor da matéria.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** - (Lido o voto à Mensagem Governamental n. 015/2021 ao Projeto de Lei n. 101/2020).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Lembrando que participam da Sessão, de modo virtual, os deputados Jalsner Renier, Dhiego Coelho e a deputada Angela Águeda Portela. Acatando o requerimento do deputado Gabriel Picanço da dispensa da leitura do parecer, haja vista que já foi lido agora há pouco na Comissão de Constituição e Justiça, já é de conhecimento dos deputados. Coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. Votando “sim”, os deputados matem o veto; votando “não” rejeitam o veto.

Solicito a abertura do painel para a votação.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - A Liderança do Governo orienta o voto “sim”, pela aprovação do relatório da deputada Aurelina Medeiros, pela manutenção do veto.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Dou por encerrada a votação. Declaro mantido o veto da Mensagem Governamental n. 015/2021, por 12 votos “sim”, dois votos contrários e uma abstenção.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Parecer ao Projeto de Lei n. 017/2019.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho**- (Lido o Parecer ao Projeto de Lei n. 017/19).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio**- Coloco em discussão o Projeto de Lei n. 017/19.

Não havendo quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal para os deputados que participam de maneira presencial e virtual para os deputados que participam de modo remoto.

Solicito a abertura do painel. O senhor deputado Coronel Chagas pede orientação de voto.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - Senhor presidente, a base governista orienta pelo voto “sim”, pois reconhece a importância do vaqueiro no nosso Estado. Destacamos a iniciativa do deputado Eder Lourinho.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Dou por encerrada a votação. Declaro aprovado, por 12 votos favoráveis, nenhum contra e uma abstenção, o Projeto de Lei n.017/19

Solicito ao primeiro-secretário que faça a verificação de quórum regimental para continuação da deliberação das matérias.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** - Senhor Presidente, não há quórum regimental para votação.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio**- Não havendo quórum necessário para a deliberação das matérias, informo que temos apenas 11 (onze) deputados presentes; os demais deputados não estão respondendo às chamadas. Remeto o restante da pauta da Ordem do Dia para a Sessão seguinte. Passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** - Senhor Presidente, hoje nós comemoramos o Dia do Defensor e Defensora Pública. Hoje eu quero aqui parabenizar essa classe atuante e necessária para que todo ser humano que busca aquela instituição tenha a dignidade. Deixo aqui a minha fala e parabenizo os demais defensores em nome do defensor-geral Stélio Denner, da Defensoria do nosso Estado. Outro assunto, é que recebemos denúncias em relação à ausência de água no município de Rorainópolis. Desde ontem, incansavelmente, tenho entrado em contato com o presidente James Serrador. Quero agradecer toda a sua atenção, pois já encaminhou uma equipe para se deslocar para tentar resolver essa situação que a população nos traz. A gente busca essa relação e a gente traz uma solução, e buscamos um mecanismo aqui nas nossas explicações pessoais para fazer o mesmo. Estão sendo disponibilizados dez poços artesianos para garantir esse abastecimento enquanto esse suporte, enquanto essa manutenção é dada, pois foi deslocada uma equipe de Boa Vista levando cabo, motor e equipamentos necessários para esse conserto. Da mesma forma, eu agradeço, também, a equipe do Corpo de Bombeiros, que foi acionado e prontamente já se colocou à disposição para dar esse suporte à Caer, para que tão logo seja sanado e seja retomado o funcionamento natural da água, pois, realmente, algumas pessoas acabaram indo dormir sem tomar banho, sem ter condições de ter seus cuidados de higiene diários ao longo desses três dias. Então a gente vai seguir acompanhando. Eu espero que, hoje, a Caer possa dar a resposta adequada e restabeleça a água naquele município. Apenas aproveito esse espaço para dizer que estamos atentos e à disposição, acompanhando todos esses fatos ocorridos e procurando a verdade para transparecer à população. Muito Obrigada!

A Senhora Deputada **Betânia Almeida** - Senhor presidente, hoje é comemorado o Dia Nacional de Doação do Leite Humano. Um pote de leite humano pode alimentar até dez recém-nascidos por dia, dependendo do peso do pré-maturo: 1(um) ml (mililitro) já é suficiente para nutri-lo cada vez que ele for alimentado. A doadora também se beneficia com a doação: ela alivia os sintomas da mama cheia, ajuda a manter a alimentação de leite humano para o seu próprio bebê, protege a sua mama de problemas mamários, também alimenta a autoestima da mulher por auxiliar outras mulheres e crianças em uma verdadeira rede de amor e solidariedade. O leite materno é a arma mais importante contra a mortalidade infantil. Deputada Catarina, parabéns hoje pela fala. É um dia muito importante para nós, hoje, mulheres. Eu ainda não sou mãe, mas as mães que aqui estão sabem da importância dessa doação. O banco de leite funciona 24 horas por dia e um ml de leite materno doado, dependendo do peso da criança, é capaz de alimentar dez crianças. Então é fundamental que nós, parlamentares, possamos incentivar essa rede de amor, de carinho, umas com as outras. Muitas vezes a mamãe não pode amamentar e, através de uma outra doadora que se beneficia também com essa doação, ela pode estar salvando a vida daquele bebê. Eu, como tenho treze irmãos, muitas vezes minha mãe precisou, claro que nos tempos não existia esse Banco de Leite Humano como nós temos hoje, mas essa é a arma mais importante contra a mortalidade infantil, senhor presidente. Em 2020, por conta da pandemia, foi necessário inovar o trabalho e a mobilização das doadoras, e o ambiente virtual ganhou destaque como Agosto Dourado, por meio de ações realizadas de forma remota, incluindo o espaço para bate-papos, vídeos educativos, e outras formas

virtuais; exposições fotográficas e slides. Tivemos aqui oportunidade de ter algumas exposições. Uma que lembro, muito linda, da deputada Yonny Pedroso, que esteve na frente, aqui no salão na Assembleia Legislativa. Esse trabalho deve ser feito não só por nós mulheres. Hoje convoco também os deputados desta Casa para estar estimulando essas mulheres a doar esse leite, para que possamos salvar outras vidas. Não sei por que o deputado Sampaio está me olhando assim. Acho que ele deve ter uma doadora em casa e quero incentivar isso. Seria uma honra se sua esposa fizesse isso, doar não só para sua filhinha, mas para as demais, salvando muitas crianças. Que a gente possa estar fazendo um trabalho de excelência e não deixar esta data e demais dias passar em branco, pois todos os dias são dias da mulher, assim como o da doação do leite materno e de tantas outras coisas voltadas para a mulher. Hoje o deputado Coronel Chagas usou a Tribuna também em favor da mulher. Nós somos a Casa das sete mulheres, mas temos o apoio, deputada Yonny, desses homens que estão indo juntamente conosco nessas campanhas. Agradeço a oportunidade. Tenham todos uma boa-tarde e fiquem com Deus!

Senhor Presidente, quero convocar a Comissão da Mulher para reunião, após o final da Sessão, para que possamos votar alguns projetos.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Obrigado, deputada Betânia. Agradeço as manifestações de felicitação de aniversário que recebi na última quarta-feira. Não pude estar presente devido ter contraído a Covid 19, mas quero agradecer a cada uma das pessoas que ligaram, mandaram mensagem, cada amigo, servidor desta Casa, aliados, parceiros políticos, as mensagens de felicitações de muita saúde, muita paz. Muito obrigado a todos. Ao mesmo tempo, agradecer o apoio que recebi dos servidores desta Casa, dos correligionários, amigos, eleitores, cabo eleitorais, colegas deputados, todos se solidarizaram comigo e minha família nesse período em que estivemos acometidos pela Covid. Já fiz todos os exames e recebi alta do doutor Alex Salomão. Não estou mais transmitindo, segundo o médico, e, graça a Deus, conseguimos superar essa enfermidade e retornamos ao trabalho e às atividades parlamentares, normalmente. Uma experiência nada agradável, deputado Eder. Essa Covid não é uma gripezinha como se fala, é uma doença que afeta as pessoas, as famílias, afeta o psicológico. No meu caso, atingiu toda a família de uma vez só. Você fica preocupado não só consigo, mas com seus entes queridos. Graça a Deus, toda manifestação de apoio e carinho fez o diferencial para que a gente conseguisse superar. Espero, deputada Betânia, que essa Covid passe logo e que possamos vacinar o nosso povo brasileiro, o povo mundial, o povo roraimense. Essa é a nossa torcida. Temos que trabalhar diuturnamente e que essa vacina chegue, de fato, nesse momento importante. Que as autoridades ouçam as prioridades, as gestantes, as pessoas com comorbidades, servidores da segurança pública, professores. Definir prioridades tem feito um grande diferencial, tem selecionado, de fato, as pessoas mais vulneráveis para imunização. Independente de debate político, temos visto muito latente esta questão política em torno da Covid. Nós, da classe política, temos que ser maiores que isso, responsáveis em ajudar, seja quem for a autoridade do momento, de construir os caminhos necessários para que possa ampliar essa vacinação e levá-la a todas as pessoas. Então, quero dizer que passei por essa experiência, mas não podemos baixar a guarda e muito menos menosprezar, de fato, quem tem conhecimento para tratar. Mão se trata Covid com empirismo, se trata com consciência, se trata com medicina. Reforçando aqui as nossas cobranças com relação ao Governo do Estado e gestões municipais, para que façam esse atendimento precoce, que orientem as pessoas a procurar tratamento precoce e com as recomendações corretas dos médicos e especialistas para que possam fazer o devido enfrentamento certo, com medicamento, na hora certa, no tocante à questão da Covid. Era isso. Mais uma vez, obrigado a todos e a gente retoma nossas atividades normalmente.

Quero comunicar que amanhã haverá uma audiência pública, às 14 horas. Será de maneira híbrida, presencial e remota, no Plenarinho, onde vai tratar do Projeto de Lei que, “institui a microrregião de água e esgoto, e respectiva estrutura de governança”. Então, é um projeto de lei muito importante que trata do nosso saneamento básico do Estado de Roraima, criando a nossa microrregião, que vai dar mais tranquilidade à nossa Companhia de Água e Esgoto do Estado de Roraima – Caer. Então, estão convidados todos os deputados a se fazerem presentes, sociedade, para essa audiência pública amanhã, às 14 horas, nesta Casa.

Não havendo mais nada a tratar, encerro esta Sessão e convoco outra para o dia 26, à hora regimental.

Participaram da Sessão as senhoras e os senhores deputados: **Angela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Betânia Almeida, Catarina Guerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Eder Loureiro, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, Jalsner Renier, Jorge Everton, Marcelo Cabral, Neto Loureiro, Odilon filho, Renan, Renato Silva, Soldado Sampaio, Tayla Peres e Yonny Pedroso.**

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 010/2019
PROCESSO Nº 573/2019
OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO, POR MAIS 12 (DOZE) MESES, DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO Nº 010/2019 E O REAJUSTE EM 24,64% NO VALOR CONTRATUAL INICIALMENTE PACTUADO.
CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
CNPJ: 34.808.220/0001-68
CONTRATADA: DINÂMICA SERVIÇOS EMPRESARIAIS DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO LTDA
CNPJ: 29.033.962/0001-29
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01.031.0001.2011/33.90.39/101
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores
DATA DA ASSINATURA: 02/07/2021
VIGÊNCIA: 03/07/2021 até 03/07/2022
VALOR DO ACRÉSCIMO R\$: 651.034,55 (Seiscentos e cinquenta e um mil, trinta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos)
PELA CONTRATANTE: RAIMUNDO NONATO CARNEIRO DE MESQUITA
PELA CONTRATADA: ARTEMILSON FREIRE DE LIMA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESOLUÇÃO Nº 4549/2021-SGP
A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,
RESOLVE:
Art. 1º Exonerar a pedido LAIZE NASCIMENTO PIMENTEL, matrícula: 21532, CPF: 966.446.802-91, do Cargo Comissionado de SL-IX Assessora Técnica, integrante do Quadro de Pessoal, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018 e suas alterações.
Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 07 de julho de 2021.

Boa vista - RR, 14 de julho de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812
RESOLUÇÃO Nº 4550/2021-SGP
A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações, considerando a ausência do ato de exoneração, e em consonância ao Princípio Administrativo da Autotutela e a Súmula 473 do STF,
RESOLVE:
Art. 1º Exonerar RAIRA ROBERTA DE OLIVEIRA, matrícula: 23438, CPF: 032.086.462-67, do Cargo Comissionado Assessora Parlamentar Legislativo V CAL-8, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução Legislativa nº 17/2017, de 28 de dezembro de 2017, publicada no DO/ALE-RR, Edição A-2671, de 3 de janeiro de 2018 e suas alterações.
Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 31 de maio de 2021.

Boa Vista - RR, 14 de julho de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812
RESOLUÇÃO Nº 4551/2021-SGP
A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,
RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER a servidora EMILIA CARVALHO DA SILVA, matrícula: 26613, 15 (quinze) dias de afastamento consecutivos de LICENÇA MÉDICA, no período de 06/07/2021 a 20/07/2021.
Art. 2º Esta Resolução surte efeitos a partir de 06 de julho de 2021.

Boa vista - RR, 14 de julho de 2021.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812


Roraima

Assembleia Legislativa

O Poder do Povo